Acervo ISA

Documentação
Fonte A Crítica (cidades)
Data 27/8/2001 Pg A5
Class. 510

CAI MAIS UM MURO

Mulheres indígenas põem fim ao silêncio

CRESCE O NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA E A PARTICIPAÇÃO DELAS MUDA O RITMO DOS DEBATES NOS GRANDES ENCONTROS DAS LIDERANÇAS DESSE SEGMENTO

IVÂNIA VIEIRA

Elas estão acostumadas a caçar, pescar, coletar castanha, lavar as roupas, cuidar das crianças e da casa. Trabalham duro e ainda têm disposição para dançar, cantar, namorar e contar histórias. Em meio a essa guerra diária decidiram partir para uma outra batalha: questionar as leis de seus povos, feitas por homens, e desarrumar a ordem estabelecida na maioria das comunidades, onde a mulher indígena não tem direito a voz e voto nas assembléias e encontros nos quais as decisões tomadas afetam diretamente suas vidas e de seus filhos, do ambiente em que vivem. O papel de coadjuvante no espaço decisório começa a ser rejeitado pelas mulheres.

A reorganização feminina nas comunidades indígenas da Amazônia é visível em vários cenários. Nas assembléias das dezenas de organizações dos povos indígenas é possível constatar a presença da mulher, não mais em silêncio ou do lado de fora do ambiente de tomada de decisão, como acontecia há bem pouco tempo. Ainda são minoria, se comparadas ao número de homens presentes, mas estão lá, falando firme, incluindo novos ingredientes nas discussões e, na maioria das vezes, aplaudidas por eles - um sinal de que suas intervenções são pertinentes e oportunas.

No dia 14 deste mês, várias delas estiveram em Manaus - na condição de delegadas -, participando da assembléia regional da Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), uma das mais importantes entidades de representação dos povos indígenas em todo o mundo. São as Marias vindas de longe, carregadas de propostas que envolvem questões amplas como direitos da mulher, saúde, educação, e, também, para denunciar problemas graves - prostituição das adolescentes, violência e o trabalho doméstico não remunerado de garotas.

Querem saber mais sobre assuntos que até bem pouco tempo eram proibidos às mulheres, tais como a militarização da Amazônia, 'Protocolo de Kyoto', auto-sustentação dos povos indígenas, biodiversidade e exploração dos recursos naturais. Não abrem mão de participar, de votar a favor ou contra atos e documentos que a Coiab defenderá em fóruns nacionais e internacionais.

POVOS DIFERENTES

Maria Gorete Fonseca Chaves, 37, dois filhos, é tucana, da Região do Alto Rio Negro, e uma das fundadoras da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, criada em 1984 e reconhecida em 1987. Hoje, 41 mulheres participam da associação. Marilena da Silva Ramos, 32, seis filhos, é macuxi, da Serra do Sol, em Roraima, e uma das mais importantes lideranças da Associação de Mulheres Indígenas daquele Estado, criada em janeiro, depois de quatro anos de encontros com mulheres. Atualmente, a associação tem 150 participantes. Maria Inês Mota Rodrigues, 43, oito filhos, é wapixana, da Região da Lua (RR), e Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho, 41, nove filhos, apurinã, da Região do Purus.

Todas vieram de longe e se conheceram por conta de uma mesma determinação, a de criar espaço no movimento indígena brasileiro para a mulher indígena. Hoje são presença freqüente nos encontros e formam uma espécie de vanguarda da versão feminina do movimento na Amazônia Ocidental.

Fotos: Antônio Menezes

DESBRAVADORAS Lideranças femininas na assembléia da Coiab, como delegadas eleitas, representam suas comunidades e põem mais tempero nas discussões antes exclusivas dos homens

RIO NEGRO A tucana Gorete diz que o começo da organização foi muito difícil

A luta contínua pela expressão

Os líderes indígenas macuxis gostavam de convidar as suas mulheres para lhes acompanhar nas reuniões, mas estas deveriam ficar quietas, tinham o direito de apenas ser companhia, conta Marilena Ramos que, desde 1973, via a sua tia e a tia do seu marido saírem com seus companheiros para as reuniões na aldeia Surumu (RR), e, lá, elas não podiam falar nada, participavam silenciosamente das reuniões. A situação permaneceu assim por 20 anos. "Um dia, recorda Marilena, começamos a perguntar o porquê de somente os homens falarem e decidirem as coisas. Em 1996, numa assembléia geral dos tuxauas, na maloca do Bismarck, na região da Raposa, na Serra do Sol, eu e outras mulheres colocamos essa questão no encontro. Tomei o microfone e falei."

A decisão de falar na assembléia dos homens veio com a constatação de que casos de estupro estavam se tornando freqüentes na comunidade na medida em que se tornava mais forte a presença de garimpeiros e jagunços naquela área e o assunto (a violência contra as mulheres), não entrava na pauta das assembléias. "Veja a situação, as mulheres não podiam falar para seus maridos que tinham sido estupradas e as lideranças indígenas não tratavam desses temas e, na ocasião, quando falei, a maioria deles ficou contra a minha pessoa. Quando disse que deveria ter uma delegacia de mulheres aí a confusão foi grande, mas não me assustei", recorda. Marilena afirma que os casos de estupros nas comunidades acabavam sendo abafados.

No Alto Rio Negro, com mais de 30 etnias, a luta das mulheres indígenas tem como marco o ano de 1984 quando elas criaram uma associação que só viria a ser reconhecida três anos mais tarde. É uma das mais antigas organizações de mulheres indígenas em plena atividade na Amazônia. "O começo foi duro", diz Maria Gorete Fonseca Chaves que vê como uma das vitórias do movimento o fato de as mulheres tucanas agora serem convidadas oficialmente para participar das reuniões e assembléias tanto da Federação Indígena do Alto Rio Negro (Foirn) quanto da Coiab. "Nós, mulheres, temos a preocupação com outras questões como a situação das crianças, os maus-tratos a que são submetidas meninas, como aconteceu como uma garota de Iauaretê que vinha sendo espancada pelo padrasto e conseguimos evitar que essa situação continuasse", enumera.

WAPIXANA Maria Inês, a parteira que está fazendo nascer novas expectativas

A wapixana Maria Inês Mota Rodrigues é parteira e diz que as mulheres da sua região, a Serra da Lua (RR), estão preocupadas com o ingresso de bebida alcoólica nas comunidades, o avanço das doenças sexualmente transmissíveis e, também, com a ida de seus filhos para os quartéis. "Não somos contra eles (o Exército), pois defendem o nosso Brasil. Mas nós, da nossa região, entendemos que mais tarde nossos filhos poderão vir a ser policiais e até bater em pai, mãe, irmãos", explica. Um dos graves problemas naquela área é a prostituição das jovens. Gorete diz que as meninas deixam suas comunidades para trabalhar na cidade (Boa Vista) e, lá, trabalham como domésticas, não recebem salário, apenas roupas e comida e, daí à prostituição nas ruas é um passo. "Estamos buscando conscientizar as jovens para que não deixem suas comunidades e este é um trabalho difícil", reconhece.

Uma outra frente de luta dessas mulheres é para manter a terra e o trabalho de sensibilização que está sendo feito entre os comunitários. Maria Inês diz que famílias inteiras abandonam suas terras para morar na periferia da cidade, acreditando que terá emprego e dinheiro. "O que acontece é que a maioria fica na miséria, catando lixo, alguns começam a roubar e até a matar, as mulheres se prostituem, enquanto a terra pela qual tanto lutamos está abandonada, facilitando a ocupação dela por outros. Estamos tentando mostrar que é melhor ficarmos no nosso lugar e que nossa luta é para melhorar a vida por lá, todos juntos", diz.

As apurinãs estão iniciando a sua organização e parte dessa história vem sendo conduzida por Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho, membro da Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (Opimp). Para conquistar o cargo de secretária da entidade, Maria do Socorro enfrentou a reação dos homens. "Alguns chegaram a falar que não era bom colocar uma mulher na coordenação porque elas, só atrapalham o movimento. Então, umas mulheres chegaram comigo e disseram - 'olha, Socorro, tão falando que nós não devemos eleger você -'. Então eu disse para elas: 'se vocês acham que eu não sou capaz, vamos eleger outra mulher, mas vamos eleger'". Socorro foi eleita, em 27 de fevereiro deste ano, com 113 votos. O coordenador da Opimp recebeu 80. A proposta de criar uma associação está em pura ebulição e, em setembro, as mulheres indígenas do Médio Purus deverão se reunir para decidir sobre o assunto.

A Coiab, que tem sede em Manaus, criou em maio deste ano o Departamento de Mulheres e, a partir do momento que elas colocaram o pé na estrada, abriram a boca nas assembléias, decretaram o fim de um modelo, ainda enraizado, mas sem chance de permanecer intato.

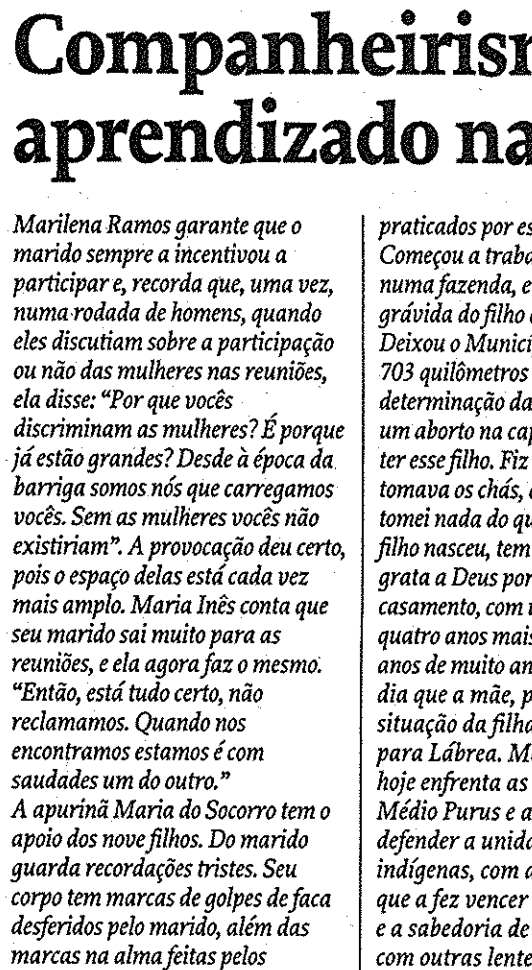
APRENDENDO A VIVER

Companheirismo e aprendizado na dor

Marilena Ramos garante que o marido sempre a incentivou a participar e, recorda que, uma vez, numa rodada de homens, quando eles discutiam sobre a participação ou não das mulheres nas reuniões, ela disse: "Por que vocês discriminam as mulheres? É porque já estão grandes? Desde à época da barriga somos nós que carregamos vocês. Sem as mulheres vocês não existiriam". A provocação deu certo, pois o espaço delas está cada vez mais amplo. Maria Inês conta que seu marido sai muito para as reuniões, e ela agora faz o mesmo. "Então, está tudo certo, não reclamamos. Quando nos encontramos estamos é com saudades um do outro."

A apurinã Maria do Socorro tem o apoio dos nove filhos. Do marido guarda recordações tristes. Seu corpo tem marcas de golpes de faca desferidos pelo marido, além das marcas na alma feitas pelos sucessivos espancamentos praticados por esse marido.

Começou a trabalhar aos 10 anos, numa fazenda, e aos 16 anos ficou grávida do filho do seu patrão. Deixou o Município de Lábrea (a 703 quilômetros de Manaus), por determinação da família, para fazer um aborto na capital. "Eu disse: vou ter esse filho. Fiz de conta que tomava os chás, as pílulas, não tomei nada do que me davam e meu filho nasceu, tem 23 anos e, hoje, sou grata a Deus por ele existir." O casamento, com um outro homem, quatro anos mais tarde, durou três anos de muito angústia. Acabou no dia que a mãe, preocupada com a situação da filha, a levou de volta para Lábrea. Maria do Socorro hoje enfrenta as matas, os rios do Médio Purus e a cidade para defender a unidade das mulheres indígenas, com a mesma garra que a fez vencer outros obstáculos e a sabedoria de quem lê a vida com outras lentes: "não fazemos nada sozinhas".



SERRA DO SOL Marilena, do povo macuxi, diz que o silêncio das mulheres sempre a incomodou